

**APOIO:** Vice-reitora, Sylvia Vargas, disse que Reitoria vai apoiar integralmente o programa

# Seminário define política de saúde

O seminário "Políticas de Saúde Integral do Trabalhador da UFRJ", realizado nos dias 7 e 8, desenvolveu o plano de política de saúde que será implantado na universidade. O projeto final foi originado da união da proposta inicial, desenvolvida pelo grupo de trabalho "Saúde Integral do Trabalhador", e de idéias apresentadas pelos participantes do seminário.

Entre os pontos principais da proposta estão o atendimento integral aos funcionários ativos e inativos, a integração e ampliação de ações já existentes, o desenvolvimento de projetos de assistência aos discentes, a criação de um centro de vigilância epidemiológica e a integração com a academia visando à capacitação dos trabalhadores.

O grupo de trabalho foi formado por voluntários de diversas unidades da UFRJ. Essa heterogeneidade garan-

tiu a criação de uma política que atinge todos os segmentos da universidade. Para a vice-reitora, Sylvia Vargas, essa diversidade foi fundamental: "Foi importante ter um grupo heterogêneo, pois assim abrange-se todas as unidades e preserva-se a especificidade de cada uma."

Vânia Glória, diretora da Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST) e coordenadora do seminário, afirmou que só foi possível realizar o projeto houve a participação de funcionários de várias áreas e agradeceu a todos que ajudaram a desenvolver o plano. "Estou muito feliz. Tenho carinho e gratidão por todos que trabalharam, especialmente pelo grupo de trabalho que trabalhou durante dois meses para desenvolver a proposta inicial", disse Vânia. Segundo ela o projeto irá beneficiar toda a comunidade, funcionários, familiares e alunos.

O seminário terminou

com a garantia da vice-reitora, Sylvia Vargas, e do pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso Mariz, de que o programa

terá total apoio da reitoria para sua implementação. O pró-reitor de Pessoal disse que em anos anteriores fal-

tou vontade para pôr em prática uma política única de saúde, mas que dessa vez ela vai ser realizada.



Foto: Niko Júnior

NA MESA. Camilo Lins, Vania Glória, Maria Celina e Carlos Lozovey

## Reitor oficializa proposta para bandejões

Em audiência pública, dia 8, no salão do Conselho de Ensino e Graduação, com os estudantes da UFRJ o reitor Aloísio Teixeira tornou oficial sua idéia de instalar bandejões na Ilha do Fundão. Mas ao contrário de retomar os antigos restaurantes universitários, Aloísio ratificou a proposta de terceirizar o serviço. A justificativa dada é o déficit orçamentário da universidade. Apesar do questionamento dos estudantes, o reitor afirmou ser impossível os recursos serem bancados pela UFRJ. A audiência resultou da pressão feita pelos estudantes pelo retorno dos bandejões universitários, extintos na gestão Maculan, e que Aloísio se comprometeu a retomá-los durante a campanha para a eleição da Reitoria.

Os bandejões serão instalados apenas na Ilha do Fundão, o que provocou novo protesto dos estudantes. O reitor justificou que a decisão se deve ao fato de que 70% deles estudam na Cidade Universitária e que o próprio montante para viabilizar as instalações dos três previstos será também buscado na iniciativa privada. Mas a idéia da terceirização também preocupa a Reitoria. Aloísio externou aos estudantes que será preciso criar um mecanismo de controle do futuro bandejão para garantir preços acessíveis e qualidade das refeições. A previsão inicial é a de que os bandejões estejam funcionando no primeiro semestre de 2003.

## Sylvia Vargas coordena comissão sobre segurança

A portaria de nomeação da comissão que vai estudar o problema da segurança no *campus* ainda está para sair, mas o grupo já está com a mão na massa. A vice-reitora, Sylvia Vargas, coordena o grupo, que conta ainda com a prefeita Maria Ângela Dias e seu assessor Oswaldo Luiz de Souza e representantes de cada centro: os professores Michel Misse (CFCH); João Massena (CCMN); Manoel Carpena de Amorim (CCJE); Francisco Strauss (CCS); Claudia do Rosário Vaz Morgado (CT), Marilita Gnecco de Camargo Braga e Paulo Barcellos (Coppe) e Joselias Fernandes de Moraes (CLA).

Fruto de recente encontro da vice-reitora com representante da Secretaria de Segurança do Estado, os técnicos trabalham na atualização das propostas incluídas no Plano Azul (conjunto de medidas de segurança formuladas em conjunto com representantes da UFRJ e já aprovadas pelo Consuni), que serão submetidas a estudo da comissão.

# VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL TERESINA



**SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA:  
POLÍTICA DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO**

**VÂNIA GLÓRIA ALVES DE OLIVEIRA  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE  
vaniagao@gmail.com**

**13ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE**

**EIXO III**

**A PARTICIPAÇÃO DA  
SOCIEDADE NA EFETIVAÇÃO  
DO DIREITO À SAÚDE**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a **soberania**;

II - a **cidadania**;

III - a **dignidade da pessoa humana**;

IV - os **valores sociais do trabalho e da livre iniciativa**;

V - o **pluralismo político**.

Parágrafo único. **Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.**

# SOCIEDADE

**DIREITOS E DEVERES PARA O  
EXERCÍCIO DA CIDADANIA**



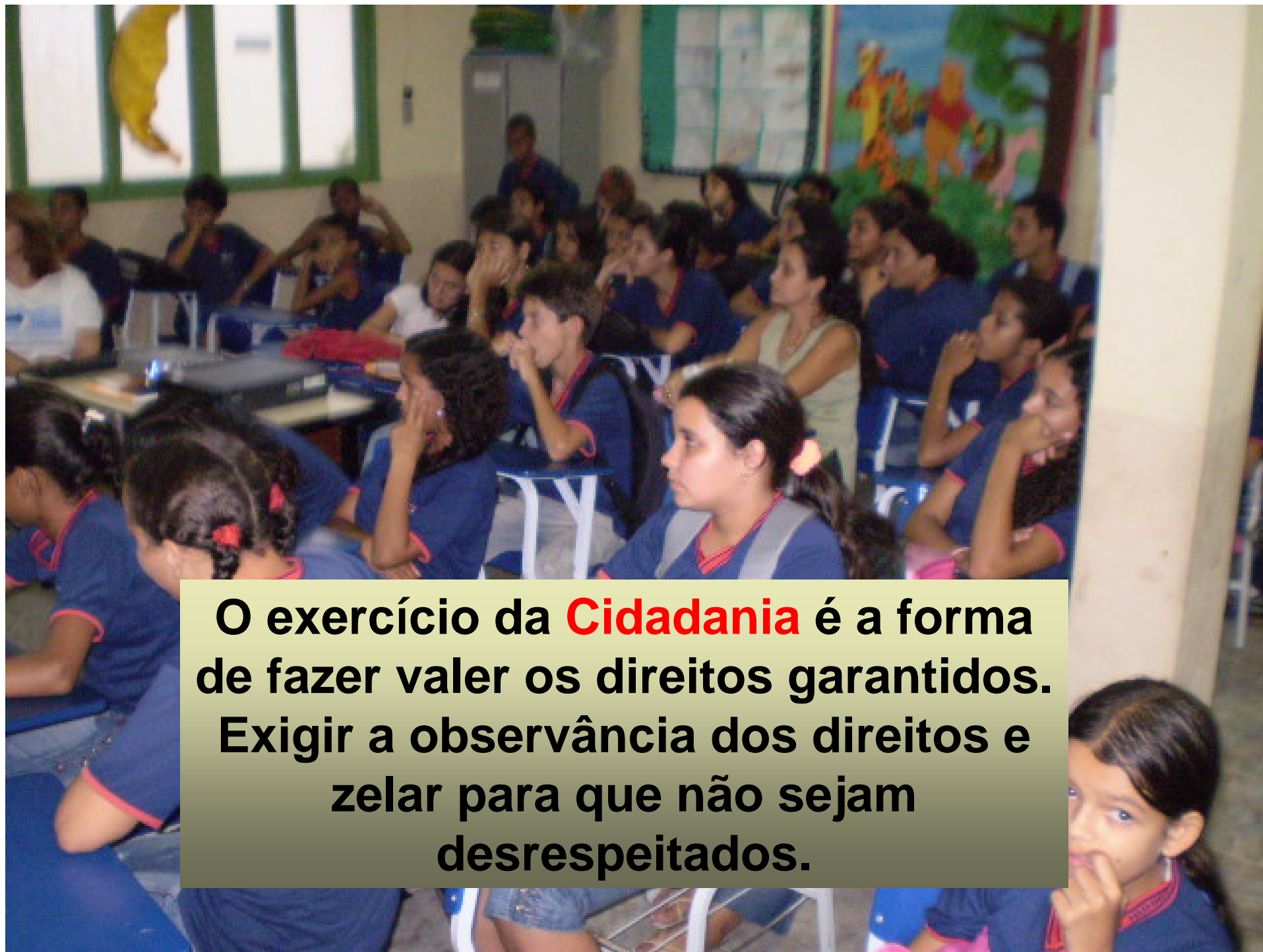
Art. 6º São **direitos sociais** a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.





A **cidadania** é o conjunto dos direitos políticos de que goza um indivíduo e que lhe permitem intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração...





O exercício da **Cidadania** é a forma de fazer valer os direitos garantidos. Exigir a observância dos direitos e zelar para que não sejam desrespeitados.



# CONTROLE SOCIAL

MECANISMO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA



# CONTROLE SOCIAL

RECONHECIMENTO E NORMATIZAÇÃO

**CONSELHOS DE SAÚDE**



# **CONTROLE SOCIAL**

## **RESOLUÇÃO Nº 333, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2003 CNS**

**Conselho de Saúde é órgão colegiado, deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde - SUS em cada esfera de Governo, integrante da estrutura básica do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com composição, organização e competência fixadas na Lei nº 8.142/90**

# Como fazer?



**PARTICIPANDO!!!**

# CONFERÊNCIAS DE SAÚDE

**1ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE – HÁ 66 ANOS – 1941**  
A SAÚDE ERA UM DEPARTAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**2ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE – 1950**  
EM 1953 FOI CRIADO O MINISTÉRIO DA SAÚDE

**3ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE – DIDERENCIAL**  
SURGEM OS MOVIMENTOS DEMOCRÁTICOS

DURANTE A DITADURA – **CONFERÊNCIAS DE 1966, 1975, 1977 E 1980**  
PARTICIPAÇÃO TÍMIDA DEVIDO AO CENÁRIO POLÍTICO

# CONFERÊNCIAS DE SAÚDE

**DÉCADA DE 80 – MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA**

**8ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE**

**MARCO DE NOVA ERA PARA A SAÚDE NO BRASIL**

**AMPLA PARTICIPAÇÃO POPULAR**

**APROVAÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTA DE**

**IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

**1988 – NASCE O SUS**

**SAÚDE COMO DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO**



# CONFERÊNCIAS DE SAÚDE

## **9ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE - 1992**

REAFIRMA OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E  
APROVA A DESCENTRALIZAÇÃO E MUNICIPALIZAÇÃO DO SUS

## **10ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE – 1996**

APRIMORAMENTO DO SUS  
“CONSTRUINDO UM MODELO DE ATENÇÃO À  
SAÚDE PARA A QUALIDADE DE VIDA

## **11ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE – 2000**

FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL  
APROVAÇÃO DE QUESTÃO RELATIVAS AOS  
CONSELHOS DE SAÚDE

# CONFERÊNCIAS DE SAÚDE

**12<sup>a</sup> CONFERÊNCIA DE SAÚDE - 2003**  
OS EIXOS TEMÁTICOS ORIENTAM A CRIAÇÃO  
DO PLANO NACIONAL DE SAÚDE E A  
DEMOCRATIZAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

**13<sup>a</sup> CONFERÊNCIA DE SAÚDE – 2007**  
SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA:  
POLÍTICAS DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO

**E AGORA?**



# CONSELHOS DE SAÚDE

COMO FAZER FUNCIONAR ESTE DIREITO?

COMPROMISSO

RESPEITO À DIFERENÇAS

SUGESTÕES

PENSAMENTO NO COLETIVO  
SEM ESQUECER AS PARTICULARIDADES

DEDICAÇÃO

CONSCIÊNCIA DO VALOR DO CONTROLE SOCIAL  
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

**EDUCAÇÃO PERMANENTE**

# POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

Entende-se como **educação permanente para o controle social** os processos pedagógicos que contribuem para o desenvolvimento da ação do sujeito social em torno do cumprimento do direito à saúde e com metodologias participativas, através de **processos formais e informais que valorizam as experiências (vivências) das pessoas.**

# **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE**

**O Conselho Nacional de Saúde deliberou, em setembro de 2005, por meio da Resolução CNS n.º 354/2005, sobre as Diretrizes Nacionais de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde (SUS)**

# **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE**

## **Objetivo Geral**

**Atuar na promoção da democratização do Estado, na garantia dos direitos sociais e na participação da população na política de saúde, reafirmando o caráter deliberativo dos conselhos de saúde para fortalecimento do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS).**



# QUAL É O NOSSO PAPEL?

**CONTROLE SOCIAL**

**CAPACITADO**

**COMPROMISSADO**

**COM VISÃO DA COLETIVIDADE**

**CIENTE DOS PROBLEMAS DE SUA REGIÃO**

**COM ESTRUTURA PARA SEU FUNCIONAMENTO**



## Ânimo

**Não desanimes. Persiste mais um tanto.  
Não cultives o pessimismo. Centraliza-te no bem a fazer.  
Esquece as sugestões do medo destrutivo.  
Segue adiante, mesmo varando sombra dos próprios erros.  
Avança ainda que seja por entre lágrimas.  
Trabalha constantemente. Edifica sempre.  
Não consintas que o gelo do desencanto te entorpeça o coração.  
Não te impressiones à dificuldade.  
Convence-te de que a vitória espiritual construção para o dia a dia.  
Não desistas da paciência.  
Não creias em realização sem esforço...  
Se te enganaste em algum trecho o caminho,  
Reajusta a própria visão e procura o rumo certo.  
Não contes vantagens nem fracassos.  
Estuda buscando aprender...  
Ama sempre, fazendo pelos outros melhor que possas realizar.  
Age auxiliando. Serve sem apego.  
E assim vencerás.**

**Francisco Cândido Xavier**



## Avaliação psicológica no processo de admissão ao serviço público

Por Vanessa Soares



Vânia Alves, diretora da divisão de Saúde do Trabalhador da UFRJ

De acordo com a lei do concurso público, não é obrigatória a avaliação psicológica no processo de seleção e admissão. A aprovação nas provas já garante o ingresso do concursado. Tendo como “gancho” as últimas ocorrências do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, onde um técnico em enfermagem é suspeito de administrar remédios que provocavam paradas respiratórias em crianças, o **Olhar Vital** convidou a diretora da Divisão de Saúde do Trabalhador da UFRJ, Vânia Glória Alves de Oliveira; o professor titular do Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da Faculdade Nacional de Medicina, João Ferreira da Silva Filho; e a professora Ligia Leite, do Instituto de Psiquiatria, para falar sobre avaliação psicológica.

De acordo com Vânia Alves, a avaliação de candidatos aprovados para o Serviço Público Federal não possui normatização baseado na legislação vigente. Tal situação resulta em exames pré-admissionais diferenciados nos diversos níveis e instituições. É comum a avaliação das condições físicas para o cargo pleiteado, que além da anamnese e exame físico, também são utilizados os exames complementares, que geram respostas objetivas subsidiando a conclusão do laudo de aptidão.

Quanto à avaliação psíquica dos futuros servidores faz-se necessário uma estrutura mais complexa – profissionais especializados em recursos humanos, espaço físico diferenciado para as diversas modalidades de avaliação, materiais específicos e maior tempo disponível para a realização do processo. Cabe ressaltar que essa análise não significa, simplesmente, atendimento único com tempo restrito, mas uma complexa avaliação que deve levar em conta o perfil psíquico do candidato e as exigências do cargo a ser ocupado.

Entendo que, se a avaliação psíquica no exame pré-admissional não for realizada contendo os critérios acima relacionados, corre-se o risco de não se estudar o que de fato precisa ser avaliado, para tanto é urgente a necessidade de regulamentação para tal procedimento no Serviço Público Federal.

**APOIO:** Vice-reitora, Sylvia Vargas, disse que Reitoria vai apoiar integralmente o programa

# Seminário define política de saúde

O seminário "Políticas de Saúde Integral do Trabalhador da UFRJ", realizado nos dias 7 e 8, desenvolveu o plano de política de saúde que será implantado na universidade. O projeto final foi originado da união da proposta inicial, desenvolvida pelo grupo de trabalho "Saúde Integral do Trabalhador", e de idéias apresentadas pelos participantes do seminário.

Entre os pontos principais da proposta estão o atendimento integral aos funcionários ativos e inativos, a integração e ampliação de ações já existentes, o desenvolvimento de projetos de assistência aos discentes, a criação de um centro de vigilância epidemiológica e a integração com a academia visando à capacitação dos trabalhadores.

O grupo de trabalho foi formado por voluntários de diversas unidades da UFRJ. Essa heterogeneidade garan-

tiu a criação de uma política que atinge todos os segmentos da universidade. Para a vice-reitora, Sylvia Vargas, essa diversidade foi fundamental: "Foi importante ter um grupo heterogêneo, pois assim abrange-se todas as unidades e preserva-se a especificidade de cada uma."

Vânia Glória, diretora da Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST) e coordenadora do seminário, afirmou que só foi possível realizar o projeto houve a participação de funcionários de várias áreas e agradeceu a todos que ajudaram a desenvolver o plano. "Estou muito feliz. Tenho carinho e gratidão por todos que trabalharam, especialmente pelo grupo de trabalho que trabalhou durante dois meses para desenvolver a proposta inicial", disse Vânia. Segundo ela o projeto irá beneficiar toda a comunidade, funcionários, familiares e alunos.

O seminário terminou

com a garantia da vice-reitora, Sylvia Vargas, e do pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso Mariz, de que o programa

terá total apoio da reitoria para sua implementação. O pró-reitor de Pessoal disse que em anos anteriores fal-

tou vontade para pôr em prática uma política única de saúde, mas que dessa vez ela vai ser realizada.



Foto: Niko Júnior

NA MESA. Camilo Lins, Vania Glória, Maria Celina e Carlos Lozovey

## Reitor oficializa proposta para bandejões

Em audiência pública, dia 8, no salão do Conselho de Ensino e Graduação, com os estudantes da UFRJ o reitor Aloísio Teixeira tornou oficial sua idéia de instalar bandejões na Ilha do Fundão. Mas ao contrário de retomar os antigos restaurantes universitários, Aloísio ratificou a proposta de terceirizar o serviço. A justificativa dada é o déficit orçamentário da universidade. Apesar do questionamento dos estudantes, o reitor afirmou ser impossível os recursos serem bancados pela UFRJ. A audiência resultou da pressão feita pelos estudantes pelo retorno dos bandejões universitários, extintos na gestão Maculan, e que Aloísio se comprometeu a retomá-los durante a campanha para a eleição da Reitoria.

Os bandejões serão instalados apenas na Ilha do Fundão, o que provocou novo protesto dos estudantes. O reitor justificou que a decisão se deve ao fato de que 70% deles estudam na Cidade Universitária e que o próprio montante para viabilizar as instalações dos três previstos será também buscado na iniciativa privada. Mas a idéia da terceirização também preocupa a Reitoria. Aloísio externou aos estudantes que será preciso criar um mecanismo de controle do futuro bandejão para garantir preços acessíveis e qualidade das refeições. A previsão inicial é a de que os bandejões estejam funcionando no primeiro semestre de 2003.

## Sylvia Vargas coordena comissão sobre segurança

A portaria de nomeação da comissão que vai estudar o problema da segurança no *campus* ainda está para sair, mas o grupo já está com a mão na massa. A vice-reitora, Sylvia Vargas, coordena o grupo, que conta ainda com a prefeita Maria Ângela Dias e seu assessor Oswaldo Luiz de Souza e representantes de cada centro: os professores Michel Misse (CFCH); João Massena (CCMN); Manoel Carpena de Amorim (CCJE); Francisco Strauss (CCS); Claudia do Rosário Vaz Morgado (CT), Marilita Gnecco de Camargo Braga e Paulo Barcellos (Coppe) e Joselias Fernandes de Moraes (CLA).

Fruto de recente encontro da vice-reitora com representante da Secretaria de Segurança do Estado, os técnicos trabalham na atualização das propostas incluídas no Plano Azul (conjunto de medidas de segurança formuladas em conjunto com representantes da UFRJ e já aprovadas pelo Consuni), que serão submetidas a estudo da comissão.